



PRÓBABITONGA

Plano de Gestão Ecosistêmica

2ª Edição

Versão Aprovada na 26ª Reunião do Grupo Pró-Babitonga realizada dia 13 de agosto de 2019.

Sumário

1. Apresentação	3
2. Curso Gestão Socioambiental no Ecossistema Babitonga	4
2.1. Diagnósticos e Cenários Socioambientais	5
2.1.1 - <i>Histórico jurídico – institucional da gestão socioambiental na Baía Babitonga</i> ...	5
2.1.2 – <i>Evolução do Grupo Pró-Babitonga</i>	7
2.1.3 – <i>Diversidade de Políticas Públicas Socioambientais</i>	8
2.1.4. – <i>Ações prioritárias em relação aos cenários potenciais para a institucionalização do GPB</i>	14
2.2. Planejamento Espacial Marinho	21
2.2.1. - <i>Gestão com base ecossistêmica: como avançar e efetivar uma proposta de planejamento espacial para a Babitonga? Resultados e perspectivas.</i>	21
2.2.2. – <i>Ações prioritárias para Unidades de Planejamento</i>	31
2.3. Comunicação Social	37
2.3.1. – <i>Agenda Integrada de Ecocidadania</i>	37
2.3.2 – <i>Plano de Comunicação</i>	39
2.3.3. – <i>Projeto Eco-Educom</i>	39
2.3.4. – <i>Ações estratégicas no campo da Comunicação Social</i>	41
3. Considerações Finais	44

1. Apresentação

Desde o primeiro Seminário de Planejamento Integrado, realizado em junho de 2015 (Reserva Volta Velha, Itapoá-SC), bons frutos foram colhidos em termos de mobilização social e planejamento estratégico no Ecosistema Babitonga. Neste contexto merece destaque o estabelecimento do GPB e a construção e aprovação de um Regimento Interno (disponível em: <https://goo.gl/nEHQkD>) e Plano de Gestão Ecosistêmica (PGE). Atualmente o GPB é composto por 33 entidades dos segmentos Socioambiental, Socioeconômico e Público dos municípios do entorno da Babitonga.

O PGE é o documento norteador das ações do GPB e pauta-se pela abordagem da governança interativa, visando aumentar a governabilidade do Ecosistema Babitonga. A governabilidade é compreendida como um padrão emergente no ecossistema, fruto da sua configuração dinâmica (propriedades, capacidades e interações) em um dado momento. Esta abordagem permite um processo sistemático de exploração das características intrínsecas da realidade do Ecosistema Babitonga (sistemas social, ecológico e governante), a partir do qual é possível identificar e aceitar as limitações da governança, iluminando possibilidades concretas de intervenção no atual momento e conjuntura histórica.

Atualmente operando em seu segundo mandato (2018-2020), o colegiado representa uma valiosa contribuição para o aumento das capacidades de governança no Ecosistema Babitonga. A 1ª edição do PGE foi elaborada e aprovada em plenária no ano de 2017. Já em 2018 as ações elencadas no documento foram avaliadas pelo colegiado (relatório de atividades 2017-2018 - Disponível em: <http://bit.ly/RelatórioAvaliação2018>), indicando a necessidade de uma atualização do PGE.

Neste contexto foi realizado o curso “Gestão Socioambiental no Ecosistema Babitonga” que oportunizou um espaço-tempo para intercâmbio e aprendizagem mútua entre os membros do GPB, além de provocar uma reflexão crítica em relação à atual gestão socioambiental no Ecosistema Babitonga. Esta 2ª edição do PGE é fruto deste precioso momento de avaliação e planejamento e elenca o rol de ações prioritárias para que o Grupo Pró-Babitonga cumpra com seu objetivo de contribuir com a gestão socioambiental no Ecosistema Babitonga.

2. Curso Gestão Socioambiental no Ecossistema Babitonga

O curso foi realizado entre os dias 21 e 23 de março de 2019 no centro de referência em Florestas Tropicais Costeiras da Reserva Volta Velha em Itapoá-SC. O evento contou com a participação de 25 pessoas representantes de 17 entidades membro do GPB. Sua ementa foi elaborada de modo a compartilhar, com os participantes, informações sobre o cenário jurídico, bem como a síntese do referencial teórico que embasa o PGE, o conteúdo técnico-científico elaborado pelo Projeto Babitonga Ativa entre 2015 e 2019 e a bibliografia atualmente disponível para a gestão Ecossistema Babitonga.

Sua programação foi estrategicamente dividida em três grandes temas transversais, com um dia dedicado a cada um deles: **Diagnósticos e Cenários Socioambientais**; **Planejamento Espacial Marinho** e; **Comunicação Social**. Nos três dias do evento o período matutino foi dedicado ao nivelamento entre os participantes por meio da apresentação de conceitos teóricos e diagnósticos. Já no período vespertino foram realizados trabalhos em grupo direcionados ao planejamento de ações estratégicas para a segunda edição do PGE.

O método utilizado nos trabalhos em grupo foi adaptado para cada um dos temas, consistindo basicamente na elaboração coletiva de objetivos gerais e, em subgrupos, a elaboração de objetivos específicos e seus respectivos produtos, processos, insumos (Figura 1).



Figura 1: Matriz norteadora para o desenvolvimento dos trabalhos em grupo. Adaptada de Luederitz *et al.* 2017¹. Os textos em vermelho foram apresentados como exemplos para facilitar o entendimento dos participantes.

¹ Luederitz *et al.* 2017. Learning through Evaluation – A Tentative Evaluative Scheme for Sustainability Transition Experiments. Journal of Cleaner Production 169. Elsevier Ltd: 61–76.

Os objetivos gerais e específicos produzidos durante o curso para os três temas transversais foram revisados, retificados e aprovados em plenária na 23ª e 24ª reuniões do GPB. Após a aprovação os objetivos específicos foram ranqueados de forma a estabelecer uma ordem de prioridade. Para o ranqueamento os objetivos específicos foram impressos em tarjetas e fixados na parede. Posteriormente, para cada tema, cada entidade recebeu um conjunto com três adesivos para que pudesse identificar (votar), em seu ponto de vista, as prioridades para o colegiado. Ao final, uma contagem simples dos adesivos indicou os objetivos mais considerados como prioritários para cada um dos temas transversais.

A seguir é apresentada uma relatoria sintética sobre o arcabouço teórico apresentado no curso e, o mais importante, o rol de ações estratégicas enumeradas com base no ranqueamento feito pelo colegiado em relação a cada um dos temas transversais abordados.

2.1. Diagnósticos e Cenários Socioambientais

O primeiro dia de atividades teve como objetivo inicial fazer um resgate do histórico jurídico-institucional da gestão no Ecossistema Babitonga bem como do surgimento e evolução do Grupo Pró-Babitonga. Também foi um momento para explorar os diferentes cenários para institucionalização do GPB elencados no Documento-Base.

2.1.1 - Histórico jurídico – institucional da gestão socioambiental na Baía Babitonga - Tiago A. Gutierrez (MPF) e Flávio Pavlov (MPF)

A apresentação dos procuradores resgatou alguns pontos do histórico da governança da Baía Babitonga onde, desde os anos 80, já havia movimentações no sentido de criar de algum tipo de mecanismo para a gestão do território (Figura 2).

Neste histórico foi apresentada a proposta de criação de uma Unidade de Conservação (UC), a mais recente iniciativa do setor público para promover a gestão integrada na Baía Babitonga (2005), que teve o IBAMA como responsável inicial e atualmente compete ao ICMBio. Segundo o procurador, o assunto teve uma grande repercussão na época, mas necessitava de um trabalho de base mais intenso para que pudesse ser viabilizado.

Por esta situação, um grupo de instituições, entre elas a AMUNESC, questionaram judicialmente (Ação Civil Pública nº 2007.72.01.004438-4/SC) a

viabilidade da criação de uma UC na Babitonga, alegando que os estudos elaborados para esta finalidade não levavam em conta fatores socioeconômicos. As entidades também faziam críticas a forma e ao número de audiências públicas realizadas. Tiago Gutierrez mencionou ser favorável à criação de uma UC, pois acredita que o modelo de fiscalização e gestão proporcionado por uma UC é mais efetivo. Mencionou também a manifestação recente (2016) de interesse do governo do estado em criar uma Unidade de Conservação.

Em sua explanação evidenciou a importância ecológica da Babitonga, dos seus serviços ecossistêmicos, manguezais e diversidade de espécies, ponderando que a região abriga também uma diversidade de atividades econômicas e áreas urbanizadas (principalmente em Joinville, maior polo industrial do estado). Citou também a grande pressão do setor portuário, atualmente com nove projetos em licenciamento e ou previsão. Nesse contexto trouxe a reflexão sobre a categoria de UC inicialmente proposta, que era de proteção integral (Reserva de Fauna), fato que também gerou grande resistência de alguns setores. Informou que atualmente a categoria de UC que está em pauta é uma Área de Proteção Ambiental (APA), que é a categoria menos restritiva do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e capaz de compatibilizar a diversidade de usos existente no Ecossistema Babitonga. Gutierrez finalizou passando a palavra ao procurador Flavio Pavlov, que é o responsável, no MPF, pelo acompanhamento da ACP supramencionada.

Pavlov informou que as ações já foram julgadas em primeiro grau, considerando positiva a decisão do juiz, que fixou prazo para que as falhas apontadas no processo fossem corrigidas. Entre estas demandas constava a realização pelo, ICMBio, de estudos socioeconômicos em um prazo – “inviável” – de 60 dias. Pavlov mencionou que nesta época o projeto Babitonga Ativa estava sendo estruturado e desenvolveu algumas atividades direcionadas a atender as solicitações judiciais. Especial atenção se deu à complementação do diagnóstico socioeconômico, que compõem o Diagnóstico Socioambiental do Ecossistema Babitonga (Disponível em: <http://bit.ly/2KkmeKb>). Esse material foi apresentado em 2017 à presidência do ICMBio, que após isso encampou o material e o adicionou ao processo.

O processo encontra-se atualmente em recurso e há possibilidade de tratativas continuarem em segunda instância. O procurador relatou também a disposição do atual presidente do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina - IMA em resolver ações pendentes. Reforçou que a aproximação do Sr. Juarez Tirelli (coordenador regional do IMA - Joinville) evidencia que o estado está mudando de posicionamento e disposto a dialogar com esferas não oficiais como o GPB e com órgãos de controle como o MPF. Tiago Gutierrez complementa dizendo que a aproximação do IMA também ajuda na condução de estudos socioambientais

mais abrangentes para os novos terminais portuários, pois faltam estudos integrados de todos esses processos de licenciamento.

Pavlov ressaltou o fator positivo do GPB em incentivar políticas públicas para a região e promover ações em consórcio. Como exemplo apresenta as ações da Câmara Técnica de Fiscalização Ambiental, que tem alcançado sucesso mesmo que ainda que não tenham sido oficializadas em um instrumento jurídico formal. Acrescentou que o MPF está trabalhando em questões relacionadas à destinação correta dos resíduos sólidos da construção civil em Joinville (projeto piloto, interlocução MPSC, IMA, Polícia Militar Ambiental e delegacia de Crimes Ambientais da Polícia Civil), que em Joinville geram forte pressão sobre os manguezais da Babitonga.



Figura 2: Apresentação do histórico jurídico-institucional pelos procuradores do Ministério Público Federal Thiago A. Gutierrez e Flávio Pavlov da Silveira.

2.1.2 – Evolução do Grupo Pró-Babitonga – Fabiano Grecco de Carvalho (Babitonga Ativa)

O ponto de partida da apresentação (Figura 3) foi o 1º Seminário de Planejamento Integrado, realizado em 2015 e que culminou na formação do Grupo Estratégico de Mobilização (GEM). O GEM, embrião do GPB trabalhou na elaboração do Documento-Base (disponível em: <https://goo.gl/8wyfAu>) e, com o estabelecimento de um grupo de trabalho (GT Composição), definiu a estrutura que o GPB assumiria, tal como é atualmente. Com o auxílio de outro grupo de trabalho (GT Eleitoral), o GEM elaborou o edital para o primeiro processo eleitoral do GPB que em maio de 2017 elegeu 26 entidades para um mandato interino de um ano.

Desde seu surgimento o GPB estabeleceu três Câmaras Técnicas (CT): (i) CT Fiscalização Ambiental – já realizou 13 reuniões, 1 diagnóstico, e ações integradas de fiscalização; (ii) CT Canal do Linguado – já realizou 15 reuniões, 2 workshops e com projetos em elaboração; (iii) CT Investimento e Sustentabilidade – realizou 3 reuniões e monitora a implementação do Programa de Sustentabilidade. Nesse período o colegiado também elaborou seu Regimento Interno e a primeira edição do Plano de Gestão Ecosistêmica (PGE) (disponível em: <https://goo.gl/E1cYiF>).

Em maio de 2018 foi realizada a eleição para o 2º mandato do GPB, desta vez para um mandato bianual (2018/2020), resultando na atual representação de 35 entidades dos segmentos socioambiental, socioeconômico e público. Fabiano reiterou que o GPB tem possibilidade de crescer para até 48 entidades, sendo constante o processo de agregar novas entidades a esta construção coletiva.



Figura 3: Apresentação do histórico e evolução do Grupo Pró-Babitonga pelo biólogo Fabiano Grecco de Carvalho (Projeto Babitonga Ativa/Univille).

2.1.3 – Diversidade de Políticas Públicas Socioambientais – Leopoldo Cavaleri Gerhardinger (Babitonga Ativa)

Nesse tópico foi apresentada uma visão geral do Gerenciamento Costeiro, alguns estudos de caso e métodos para a gestão costeira e marinha baseada em áreas, explorando seus alinhamentos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, no contexto brasileiro e mundial (Figura 4). Como exemplo foi apresentado o relatório de 31 iniciativas que atuam com gestão baseada em áreas (“*Applying Marine and coastal area-based management approaches to achieve multiple sustainability development goals target*”). Também foram mencionados outros tipos de abordagem de gestão com base espacial, por

exemplo: Grande Ecossistema Marinho, que categoriza grandes áreas oceânicas; Gestão Costeira Integrada; Áreas Marinhas Localmente Manejadas. Neste contexto Gerhardinger deu ênfase ao processo de Planejamento Espacial Marinho que foi utilizado no mapeamento de usos e conflitos elaborado pelo Projeto Babitonga Ativa para o Ecossistema Babitonga.

Ao apresentar diferentes formas para fazer a gestão de um território com base espacial, foi possível evidenciar que as informações já produzidas e as oportunidades disponíveis para o GPB estão alinhadas com o que preconiza a ONU.

Para a gestão costeira e marinha baseada em área algumas questões são essenciais: foco setorial, foco espacial, abordagem ecossistêmica, alicerce de dados, foco transfronteiriço, gestão adaptativa e envolvimento de atores. Contudo, para garantir a viabilidade é fundamental que haja governança, suporte financeiro, capacidades mínimas (institucionais e humanas) e confiança.

Existem diferentes abordagens para a governança dos oceanos, que estão apresentadas no artigo “*Healing Brazil's Blue Amazon: The Role of Knowledge Networks in Nurturing Cross-Scale Transformations at the Frontlines of Ocean Sustainability*”². O artigo menciona que as abordagens podem ser fragmentadas e setoriais, como em nível nacional (Amazonia Azul), o que é um gargalo para a gestão. Apresentou também exemplos de gestão integrada e com base ecossistêmica, dando ênfase ao estudo de caso da APA da Baleia Franca. O artigo ainda apresenta o estudo de caso da Babitonga, cuja governança encontra-se em um momento de transição, passando de um sistema fragmentado para assumir um caráter integrado e ecossistêmico.

A apresentação seguiu com algumas recomendações ao GPB para que esta transição realmente ocorra:

- Estimular as inovações e parcerias emergentes propiciando aberturas para a reinterpretação das instituições, premissas e cenários;
- Encorajar a proliferação de ideias e a recombinação de recursos em novas formas, por exemplo: construindo redes, abrindo espaço para a auto-organização emergente, permitindo que um novo *design* dominante surja ao encorajar o abandono de algumas ideias e ligando aquelas que são compreendidas como alternativas viáveis;
- Mobilizar recursos, alavancando e criando conexões, identificando oportunidades;

² Gerhardinger et al. 2018 - Healing Brazil's Blue Amazon: The Role of Knowledge Networks in Nurturing Cross-Scale Transformations at the Frontlines of Ocean Sustainability. (disponível em: <http://bit.ly/2Let0os>)

- Promover e incentivar a participação de pessoas inovadoras, experimentadoras, criadoras de conexão, facilitadoras.

Na sequência foi apresentado o conceito de Governabilidade, que é a “capacidade total que uma entidade sociopolítica tem para governar um sistema”. Dentre estas capacidades foram destacadas: (i) presença e qualidade de interações governantes (troca de informações, aprendizado mútuo, adaptatividade); (ii) ajuste das ações, instrumentos e pressupostos às propriedades do Sistema-a-Ser-Governado (dinâmica, escalas, complexidades e diversidade); (iii) responsividade dos modos de governança (hierárquico, colaborativo, autogestão); (iv) a performance da resolução de problemas e criação de oportunidades, a construção institucional e os meta-valores e definição de princípios) e; (v) papel restritivo ou favorável das relações de poder (inclusividade, representatividade, participação).

Com base neste referencial teórico apresentado, Leopoldo fomentou uma reflexão, junto aos participantes, sobre a capacidade que o GPB para contribuir com a governança dos ecossistemas da região. Quais fatores estruturais (ex. cultura, valores enraizados, estrutura) impõem limites à governabilidade funcional? O que fazer para aumentar a governabilidade funcional? Como pensar a gestão envolvendo as populações tradicionais? Há diversas formas de governança independentes do governo (Estado), colaborativas, não apenas hierárquicas e institucionais e algumas necessidades são importantes nesse processo: (i) identificar e priorizar questões, (ii) identificação de atores (ex. Agenda Integrada de Ecocidadania), (iii) papéis e identidades definidas, lideranças, revisão de enfoques existentes (medidas de gestão).



Figura 4: Apresentação sobre conceitos de Governança com base em área, realizada pelo Dr. Leopoldo C. Gerhardinger.

A pauta seguinte consistiu em explorar pontos positivos e negativos dos cenários passíveis para a ancoragem legal do GPB publicados no Documento Base: (i) Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos rios Cubatão e Cachoeira (CCJ); (ii) Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal da categoria Área de Proteção Ambiental – APA; (iii) Unidade de Conservação de Uso Sustentável Estadual da categoria Área de Proteção Ambiental – APA; (iv) Conselho Regional do Gerenciamento Costeiro; (v) Programa de Sustentabilidade e; (vi) Manutenção do colegiado operando em caráter informal.

O debate sobre pontos descritos no Documento-Base o momento possibilitou a reavaliação dos mesmos e a Tabela 1 apresenta as potencialidades e fragilidades de cada um dos cenários potenciais.

Tabela 1: Tabela apresentando os cenários potenciais para a ancoragem legal do Grupo Pró-Babitonga e suas respectivas potencialidades e fragilidades.

Arranjo Legal	Potencialidade	Fragilidade
Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental) - Federal	- Área menor a ser gerida, teoricamente menos complexa (em relação à ampliação do CCJ);	- Uma APA não atuaria diretamente sobre Bacias Hidrográficas por não possuírem Zona de Amortecimento;*
	- Gestão apenas na área de abrangência da UC;	- Conflitos de interesses pelos diferentes atores envolvidos;
	- O conselho gestor estaria tecnicamente amparado pelo Plano de Gestão Ecológica para a elaboração do plano de manejo da UC;	- Para a criação de uma UC Federal, a política geralmente adotada, é de que haja concordância do governo Estadual, fato que não havia e que é difícil até em uma UC de âmbito estadual, pelo interesse econômico sobre a Babitonga;*
	- Existe uma decisão em primeira instância no julgamento da ACP nº 2007.72.01.004438-4/SC no âmbito da Justiça Federal que determina ao ICMBio a finalização de estudos técnicos, realização de novas audiências públicas para subsidiar a criação de uma UC de Uso Sustentável e seu respectivo Plano de Manejo;*	- Alto orçamento para a criação de uma UC, considerando a gestão, estrutura e servidores;
	- Estudos solicitados em julgamento de ACP nº 2007.72.01.004438-4/SC foram elaborados pelo Projeto Babitonga Ativa e incorporados ao processo por solicitação do ICMBio; *	
	- Possibilidade de implementação dos instrumentos de gestão da lei do mar (PL6969/2013);	
	- Possibilidade de criação de uma UC por decreto legislativo;*	
	- A criação do Programa de Sustentabilidade pelo Projeto Babitonga Ativa em cooperação com a Câmara Técnica Investimento e Sustentabilidade do Grupo Pró-Babitonga que conta com recursos aplicados e cujos rendimentos podem ser direcionados para a o suporte do GPB e projetos relacionados, incluindo relacionados a Unidades de Conservação;*	
	- Grupo Pró-Babitonga pode vir a ser o Conselho Gestor da Unidade de Conservação (federal ou estadual);*	
- A formalização exige que os atores estejam presentes, legitima o espaço para tomadas de decisão e ações integradas;*		

	- Proximidade do Centro de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Marinha do Sudeste e Sul vinculado a Diretoria de Biodiversidade com expertise em gestão marinha; *	
Unidade de Conservação de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental) - Estadual	- Área menor a ser gerida, teoricamente menos complexa (em relação à ampliação do CCJ);	- Conflitos de interesses entre diferentes atores envolvidos no Conselho Gestor;
	- Gestão apenas na área de abrangência da UC;	- Não há histórico (ex. baixa capacidade e experiência) na gestão pesqueira e da biodiversidade aquática costeira-marinha que estão sob o domínio da União;
	- O conselho gestor estaria tecnicamente amparado pelo Plano de Gestão Ecosistêmica para a elaboração do plano de manejo da UC;	- Dificuldades para a implementação de Unidades de Conservação (e.g. Parque Estadual do Acaraí, cuja categoria não atende a usos tradicionais realizados no território e a situação "mal explicada" da falta de repasse de verbas);*
	- Existe uma decisão em primeira instância no julgamento da ACP nº 2007.72.01.004438-4/SC no âmbito da Justiça Federal que determina ao ICMBio a finalização de estudos técnicos, realização de novas audiências públicas para subsidiar a criação de uma UC de Uso Sustentável e seu respectivo Plano de Manejo;*	- Decreto Nº 832 de agosto de 2016 instituindo o GT SC Babitonga, deixando claro o locus de articulação institucional do processo de criação de UC no nível do Estado de Santa Catarina que não se implementou e afastou alguns setores do diálogo com o GPB;*
	- Possibilidade de implementação dos instrumentos de gestão da lei do mar (PL6969/2013);	
	- Possibilidade de criação de uma UC por decreto legislativo;*	
	- A criação do Programa de Sustentabilidade pelo Projeto Babitonga Ativa em cooperação com a Câmara Técnica Investimento e Sustentabilidade do Grupo Pró-Babitonga que conta com recursos aplicados e cujos rendimentos podem ser direcionados para a o suporte do GPB e projetos relacionados, incluindo relacionados a Unidades de Conservação;*	
	- Grupo Pró-Babitonga pode vir a ser o Conselho Gestor da Unidade de Conservação (federal ou estadual);*	
	- A formalização exige que os atores estejam presentes, legítima o espaço para tomadas de decisão e ações integradas;*	
	- Intenção do Estado SC em criar a UC demonstrada no Ofício GABS/SPG nº 148/2016 (ver Pasta de Referência)	

Conselho Regional do Gerenciamento Costeiro - GERCO/SC	- Modelo já considerado no decreto de regulamentação do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro;	- Além dos seis municípios do entorno direto do ecossistema Babitonga contempla também Barra Velha;
	- Projeto Orla (Itapoá tem um modelo avançado);*	- Só Itapoá possui Projeto Orla;*
	- Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro era uma potencialidade e o governo do estado havia se comprometido em utilizar os dados do Planejamento Espacial Marinho, o que não se efetivou;*	- A comissão técnica do Projeto Orla não aprovou os Planos de Gestão Integrada (PGIs) dos municípios;*
	- Postura do atual presidente do Instituto de Meio Ambiente de Santa Catarina em fortalecer o ZEEC;*	- Instrumentos no âmbito estadual estão parados;*
		- O ZEEC (zoneamento ecológico econômico costeiro) é fragmentado e falta relação-conexão com o planejamento espacial marinho;*
Programa de Sustentabilidade	- Mecanismo já em fase de implementação experimental;*	- necessidade de criação de uma personalidade jurídica exclusiva para atender à lei 13.800/19;*
	- Adequação à lei 13.800/19 facilitará a captação de recursos junto à iniciativa privada;*	
	- Gestão compartilhada dos rendimentos junto ao GPB e Câmara técnica Investimento e Sustentabilidade*;	
	- Recurso financeiro disponível;	
Grupo Pró-Babitonga informal		- Pode fazer com que entes se ausentem com receio de legitimar algo que não está oficializado;*
		- Conflitos de interesses;*

*tópicos atualizados com as considerações dos participantes do curso.

2.1.4. – Ações prioritárias em relação aos cenários potenciais para a institucionalização do GPB

A primeira etapa deste processo se deu pela definição, no grande grupo, de um objetivo geral para a atuação do colegiado em relação a cada um dos cenários supramencionados.

Em sequência, com o uso da metodologia “café mundial”, os participantes definiriam os objetivos específicos, seus respectivos produtos, insumos e processos. Neste momento foram estabelecidas quatro mesas: (i) Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos Rios Cubatão e Cachoeira; (ii) Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal e Estadual; (iii) Conselho Regional do Gerenciamento Costeiro e; (iv) Programa de Sustentabilidade, cada uma com um moderador e uma matriz para ser preenchida (Figura 1). O grande grupo foi dividido em quatro subgrupos, que permaneceram por 15 minutos

em cada mesa. Após esse tempo os subgrupos trocaram de mesa, oportunizando a todos os participantes contribuir com a definição de ações estratégicas relativas a todos os cenários trabalhados (Figuras 5 e 6). Cabe ressaltar que para atender a um objetivo geral, vários objetivos específicos podiam ser definidos e, por sua vez, conter mais de um produto, processo e/ou insumo.



Figura 5: Subgrupos trabalhando na definição de objetivos específicos, seus respectivos produtos, processos e insumos para cada cenário.



Figura 6: Subgrupos trabalhando na definição de objetivos específicos, seus respectivos produtos, processos e insumos para cada cenário.

O Quadro 1 apresenta os objetivos gerais relacionados a cada um dos cenários, enquanto a tabela 2 elenca os objetivos específicos, respectivos produtos, processos e insumos já ranqueados em plenária e com estimativa de prazo.

Quadro 1: Objetivos Gerais elaborados coletivamente para as ações do grupo Pró-Babitonga em relação a cada um dos cenários potenciais para a gestão do Ecossistema Babitonga.

Cenário	Objetivo Geral
(i) Comitê de Gerenciamento das Bacias Hidrográficas dos rios Cubatão e Cachoeira – CCJ	Aprimorar a interlocução do GPB com o CCJ com a finalidade de buscar complementariedade nas ações visando controlar os impactos no estuário, promovendo a gestão compartilhada e o desenvolvimento sustentável com a integração dos interesses ambientais, sociais e econômicos.
(ii) Unidade de Conservação de Uso Sustentável da categoria APA Federal / Estadual	Apoiar e contribuir para a criação e implementação de uma Área de Proteção Ambiental – APA para a gestão do Ecossistema Babitonga.
(iii) Conselho Regional do Gerenciamento Costeiro	Aprimorar a interlocução e buscar sinergia das ações do GPB com os instrumentos-agenda do GERCO.
(iv) Programa de Sustentabilidade	Adequar o Programa de Sustentabilidade às disposições da Lei nº 13.800/19, buscar sua expansão e garantir um espaço democrático permanente de diálogo para contribuir com a gestão integrada de base ecossistêmica na Babitonga.

Tabela 2: Objetivos específicos elaborados coletivamente para as ações do grupo Pró-Babitonga em relação a cada um dos cenários potenciais para a gestão do Ecossistema Babitonga enumerados em ordem de prioridade. Legenda: CCJ=Comitê Cubatão Cachoeira; UC=Unidade de Conservação de Uso Sustentável; GERCO=Gerenciamento Costeiro de Santa Catarina; PS=Programa de Sustentabilidade. Os objetivos específicos que receberam a mesma quantidade de votos possuem a mesma numeração seguida da letra ‘a’.

Objetivo Específico	Cenário Relacionado	Produtos	Processos	Insumos	Prazo Estimado
1- Fomentar o processo de discussão e implementação do GERCO e seus instrumentos nos municípios da Babitonga	GERCO	(i) promover espaço de discussão; (ii) Avaliação dos PGIs;	(i) Promover espaços de discussão entre o GERCO (Comissão Estadual) e o GPB; (ii) Planejamento de evento (seminário/workshop); (iii) mobilização de atores sociais; (iv) Conhecer a situação da implantação do Projeto Orla nos municípios da Babitonga;	(i) equipe com conhecimento; (ii) recursos financeiros; (iii) comprometimento dos membros do GPB;	>12 meses

<p>2- Aumentar a representatividade dos municípios do entorno da Baía no CCJ</p>	<p>CCJ</p>	<p>(i) Relatório com informações sobre o funcionamento e temas tratados no CCJ; (ii) temática inserida na pauta do CCJ; (iii) Relatório identificando os motivos de o CCJ e municípios do entorno da Babitonga não estarem interagindo.</p>	<p>(i) Aumentar o diálogo e as interações entre o CCJ, municípios do entorno, outras entidades e o GPB; (ii) Agregar o grupo RH6 (grupo de gestão da bacia hidrográfica do NE de SC) no papel de interlocução com o CCJ; (iii) compilação de informações e dados pertinentes aos produtos;</p>	<p>(i) Recursos financeiros para viagens; (ii) GPB em operação em longo prazo; (iii) Elaboração de folhetos e folders sobre os estudos do GPB, e documentos <i>online</i> (já existentes); (iv) compromisso dos membros do GPB; (v) equipe técnica para a elaboração dos produtos.</p>	<p>12 meses</p>
<p>3- Promover articulação política para a criação da UC</p>	<p>UC</p>	<p>(i) Moções de apoio; (ii) Visitas para articulação;</p>	<p>(i) Elaboração e mobilização para a produção de moções de apoio; (ii) Realização de visitas para articulação política; (iii) Realização de convites aos órgãos públicos com competência para a criação de UCs (IMA e ICMBio); (iv) Compatibilização de agendas; (v) divulgação dos materiais produzidos pela CT;</p>	<p>(i) Recursos financeiros para a realização de visitas; (ii) apoio das entidades membro do GPB;</p>	<p>12 meses</p>
<p>4- Contribuir com o monitoramento dos impactos no estuário</p>	<p>CCJ</p>	<p>(i) Relatório com informações sobre o funcionamento do CCJ e sobre temas tratados no CCJ; (ii) Avaliar os relatórios de qualidade e quantidade de água do CCJ e demais informações pertinentes; (iii) Programa integrado de monitoramento do Ecossistema Babitonga; (iv) Banco de dados <i>on line</i> do Ecossistema Babitonga; (v) Obter informações sobre</p>	<p>(i) Monitoramento poderá ser realizado por meio dos integrantes do GPB no CCJ (necessidade de um ofício para ratificar essa parceria); (ii) Monitoramento pode ser realizado por diversos atores: universidades, portos, pescadores, empresas, órgãos públicos, etc.; (iii) Criação de uma</p>	<p>(i) Equipe técnica capacitada; (ii) Financiamento; (iv) Dados coletados pelas boias oceanográficas; (iii) comprometimento dos membros do GPB; (iv) Relatório sobre dados disponíveis;</p>	<p>> 12 meses (permanente)</p>

		dados técnicos produzidos pela EPAGRI e CIRAM;	Câmara Técnica de monitoramento ou incluir a demanda na CT Fiscalização Ambiental; (iv) Ampliar o diálogo com a EPAGRI, CIRAM e IFC Araquari (dados climatológicos), que possuem uma plataforma digital com dados.		
5- Promover articulação social, técnica-científica, cultural e econômica.	UC	(i) Oficinas/seminários com o objetivo de mobilizar em relação ao tema;	(i) usar mídias digitais e convencionais; (ii) levantamento de informações; (iii) mobilização e realização das oficinas/seminários; (iv) divulgação materiais produzidos pela CT;	(i) Contratação de um responsável para as ações de articulação social, técnica científica, cultural e econômica; (ii) Busca de parcerias; (iii) recursos financeiros; (iv) comprometimento dos membros do GPB;	>12 meses (contínua)
5a- Criação dos mecanismos burocráticos exigidos na lei 13.800/19	PS	(i) Organização Gestora de Fundo Patrimonial (Associação) seguindo diretrizes da Lei; (ii) Estatuto para a Organização Gestora de Fundo Patrimonial;	(i) Deliberação na CTIS e no GPB; (ii) Definir corpo técnico; (iii) Definir formas de contratação; (iv) Estudo da lei para definir o formato jurídico;	(i) Suporte Financeiro; (ii) Cooperações; (iii) Análise jurídica; (iv) Análise contábil e financeira; (v) comprometimento dos membros do Segmento Socioambiental do GPB;	12 meses
6- Criar uma Câmara Técnica para aprofundar o conhecimento sobre o tema (legislação pertinente, planejamento espacial marinho e processos atuais de gestão de outras Unidades de Conservação)	UC	(i) estabelecimento de Câmara Técnica; (ii) relatório/documento com o modelo da gestão de uma UC (APA federal/estadual e outras categorias de uso sustentável);	(i) Compatibilização de agendas; (ii) Seguir o ritual de criação conforme o regimento interno do GPB; (iii) realização de workshop/seminário contribuindo com obj. 2 e 3;	(i) Mobilização para participação dos três segmentos; (ii) convidar pessoas envolvidas com a gestão de UCs já implementadas, por exemplo, APA Baleia Franca, Parque Estadual do Acaraí e APA Dona Francisca; (ii) Participação de diversas instâncias de poder público; (iii) Participação de todos os segmentos do GPB e atores sociais;	12 meses

<p>7- Contribuir para o Zoneamento Ecológico Econômico Costeiro - ZEEC proposto a partir dos estudos do Planejamento Espacial Marinho - PEM do GPB</p>	<p>GERCO</p>	<p>(i) Compilação dos dados de Planejamento Espacial Marinho do Grupo Pró-Babitonga;</p>	<p>(i) Promover oficina com participação do GERCO-SC e GPB; (ii) articulação junto ao GERCO-SC para desenvolvimento das ações;</p>	<p>(i) Estudos técnico-científicos elaborados pelo Babitonga Ativa; (ii) envolvimento dos membros do GPB; (iii) Recursos financeiros;</p>	<p>>12 meses</p>
<p>8- Aprimorar a interlocução com o CCJ</p>	<p>CCJ</p>	<p>(i) Avaliação das informações técnicas ambientais do Ecossistema da Babitonga; (ii) Levantamento das entidades participantes do CCJ; (iii) Interlocução com o RH6;</p>	<p>(i) Acompanhar reuniões do CCJ; (ii) Promover reuniões (extra, além dos colegiados) de convergência/alinhamento/ compartilhar informações; (iii) Elaborar uma carta convite ao R6 para participar do GPB (Pode ser como visitante. Rodrigo - SEMAI participa do R6 e pode fazer a ponte); (iv) Conhecer melhor o que cada município tem para oferecer para facilitar esta interlocução; (v) Compilar informações técnicas pertinentes;</p>	<p>(i) Tempo de trabalho; (ii) Compromisso dos membros do GPB; (iii) Interesse; (iv) pessoas capacitadas;</p>	<p>6 meses (permanente)</p>
<p>9- Incorporar-se ao conselho gestor de Unidade de Conservação</p>	<p>UC</p>	<p>(i) ao acontecer a implementação de Unidade de Conservação ter as entidades do GPB incorporadas ao Conselho Gestor;</p>	<p>(i) Divulgação de produtos elaborados pelo Projeto Babitonga Ativa e pelo GPB; (ii) Interlocução oficial com tomadores de decisão no setor público estadual e federal; (iii) trâmites legais;</p>	<p>(i) Formação de equipe com conhecimento técnico; (ii) Usar a experiência da APA Baleia Franca e outras UCs quando cabível;</p>	<p>>12 meses</p>

<p>9a- Buscar novas formas de captação de recursos</p>	<p>PS</p>	<p>(i) Regulamentação para receber recursos provenientes de Termos de Ajuste de Conduta; (ii) Leis de incentivo fiscal (municipais, estaduais e federais); (iii) Mecanismos para recebimento de doações privadas;</p>	<p>(i) Articular junto a órgãos públicos do legislativo e executivo, nos três níveis federativos; (ii) Intensificar a articulação no legislativo e executivo para a criação de leis de incentivo fiscal; (iii) Criar um espaço no site do GPB para que as pessoas físicas possam fazer doações <i>on-line</i>; (iv) estabelecimento de critérios para recebimento de doações;</p>	<p>(i) Articulação entre os municípios; (ii) Articulação do GPB com os municípios, com estado e federação, MFP e MPE para pleitear que recursos provenientes de multas e compensações permaneçam na região; (iii) Articular junto aos conselhos municipais de meio ambiente; (iv) Adequar o site para receber doações.</p>	<p>12 meses (permanente)</p>
<p>10- Subsidiar e influenciar em processos decisórios na gestão ambiental e ações de pesquisa e mobilização no Ecossistema Babitonga</p>	<p>PS</p>	<p>(i) Lançar editais para fomento;</p>	<p>(i) Articular investimentos do GPB com políticas ambientais eficazes; (ii) Reuniões de articulação;</p>	<p>(i) Suporte Financeiro; (ii) Cooperações; (iii) Consultoria jurídica; (iv) Contratação de contadores; (v) Contratação de consultor financeiro; (vi) comprometimento dos membros do Segmento Socioambiental do GPB;</p>	<p>> 12 meses (permanente)</p>

2.2. Planejamento Espacial Marinho

2.2.1. - *Gestão com base ecossistêmica: como avançar e efetivar uma proposta de planejamento espacial para a Babitonga? Resultados e perspectivas.* - Dannieli Firme Herbst (Babitonga Ativa)

As atividades do dia tiveram o propósito de conectar as questões sociopolíticas trabalhadas no dia anterior com uma abordagem de base espacial e ecossistêmica. Desta forma, além de referenciais teóricos sobre Gestão com Base Ecossistêmica, Serviços Ecossistêmicos e Planejamento Espacial Marinho, Dannieli apresentou resultados de processos de PEM realizados no Ecossistema Babitonga (Figura 7).



Figura 7: Apresentação de conceitos e resultados do Planejamento Espacial Marinho pela Me. Dannieli F. Herbst.

Gestão com Base Ecossistêmica consiste em uma abordagem integrada que considera o ecossistema em sua totalidade, incluindo os humanos. Seu objetivo é manter o ecossistema saudável, produtivo e resiliente para prover os serviços que os humanos querem e necessitam. Difere de abordagens cujo foco é em uma única espécie, setor, atividade ou preocupação. A gestão com Base Ecossistêmica considera o impacto cumulativo de diferentes setores (WWF, 2014) e segue uma abordagem econômica sustentável e responsável. É considerada uma “apólice de seguro de vida” para todas as partes interessadas e dinâmica e não possui resposta e/ou caminho únicos.

A bióloga dá sequência enfatizando que o que o GPB representa um espaço para gestão com base ecossistêmica, uma vez que temos pessoas de diversos setores se conectando, pensando e planejando ações e inovações para melhorar a

qualidade ambiental e conciliar os diversos usos existentes no Ecosistema Babitonga.

Como Serviços Ecossistêmicos se entendem os benefícios obtidos do ambiente pelo ser humano, para gerar bem-estar (MEA, 2005), e processos que sustentam a vida no planeta (Su et al., 2012). A “Avaliação Ecossistêmica do Milênio” criou quatro categorias para classificação de serviços ecossistêmicos (MEA, 2005): (i) Regulação – Fotossíntese, sequestro de carbono, estabilização de costa, entre outros; (ii) Suporte – Patrimônio genético; (iii) Provisão - ar puro, água potável e para irrigação, peixes e outros pescados, entre outros e; (iv) Cultural - paz, silêncio, patrimônio cultural histórico material e imaterial, saberes populares como o domínio de técnicas de pesca e agricultura, entre outros. Mais recentemente, em 2009, Raymond e seus colaboradores sugeriram uma nova categoria: Pessoal – que corresponde aos benefícios resultantes de ações humanas.

Planejamento Espacial Marinho (PEM), por sua vez é um processo público de análise e atribuição da distribuição espacial e temporal das atividades humanas nas áreas marinhas que visa alcançar objetivos ecológicos, econômicos e sociais, geralmente especificados por meio de processo político (UNESCO, 2011).

Processos de PEM servem para: (i) gerar mapas e regras de uso; (ii) regular atividades humanas de forma a conservar a biodiversidade e promover desenvolvimento equilibrado; (iii) delinear arranjos para conservação territorial (ex. unidades de conservação); (iv) elaborar zoneamentos de ecossistemas (ajustes de usos e regulação de conflitos) e; (v) influenciar processos de tomada de decisão.

Entre 2015 e 2018 o Projeto Babitonga Ativa realizou três ciclos de oficinas de PEM junto a usuários diretos do Ecosistema Babitonga (EB): pescadores, maricultores, operadores de transporte aquaviário, operadores de turismo e lazer e mineradores. Os dois primeiros ciclos tiveram a característica ‘setorial’, ou seja, cada grupo de usuários diretos participou de uma (ou mais) oficina específica em cada município onde se faziam presentes.

No 1º ciclo foram realizadas 18 oficinas, que contaram com a participação de 150 pessoas, com o principal objetivo de mapear os usos existentes no EB. Ao total foram identificadas 29 atividades, sendo: (i) 12 modalidades de pesca (Siri, caranguejo, moluscos, camarão (caceio, gerival e arrasto), peixe - linha, tarrafa, caceio, fundeio, espinhel e arrasto de praia); (ii) Cultivo de moluscos (maricultura); (iii) Extração de areia (mineração); (iv) Sete (7) categorias de uso pelo setor de Transporte Aquaviário (Portos, transporte coletivo, *ferry boats*, oleoduto, monoboia, fundeadouro e canal de acesso); (v) Oito (8) usos relacionados ao setor de Turismo e Lazer (Marinas, passeio de barco, educação ambiental, gastronomia, pesca esportiva/amadora, mergulho/pesca submarina, parade de turismo e fundeadouro).

Com base nestas informações foi elaborada uma análise de sobreposição (Figura 8) que pode ser um instrumento norteador para a resolução de conflitos e também para a avaliação de impactos sinérgicos em processos de licenciamento.

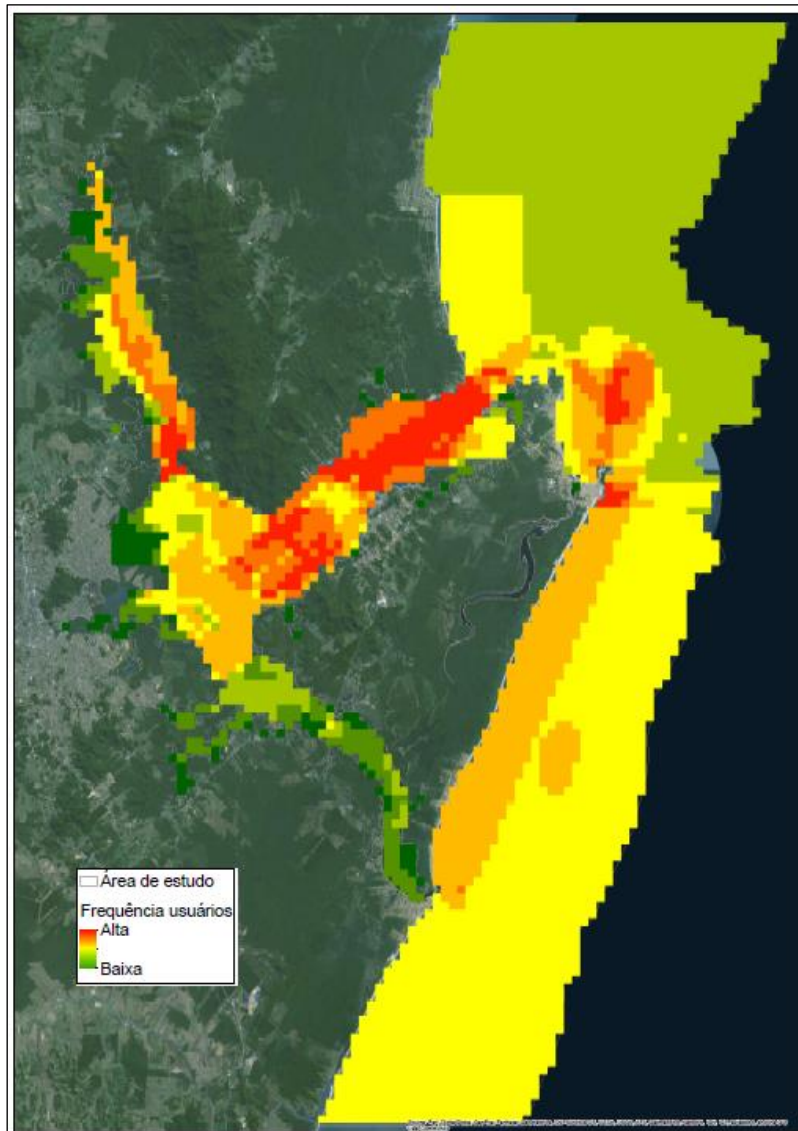


Figura 8: Diversidade de usos no Ecosistema Babitonga. O mapa apresenta uma sobreposição de todos os usos diretos identificados no Ecosistema Babitonga. Na escala de cores, quanto mais vermelho, maior a diversidade de usos sobrepostos no local. (Fonte: Diagnóstico Socioambiental do Ecosistema Babitonga).

Ainda no primeiro ciclo foi realizado um mapeamento das áreas consideradas pelos usuários diretos como as mais degradadas e as áreas prioritárias para a gestão (Figura 9). Estas informações são importantes para orientar a definição de ações prioritárias para o Ecosistema Babitonga.

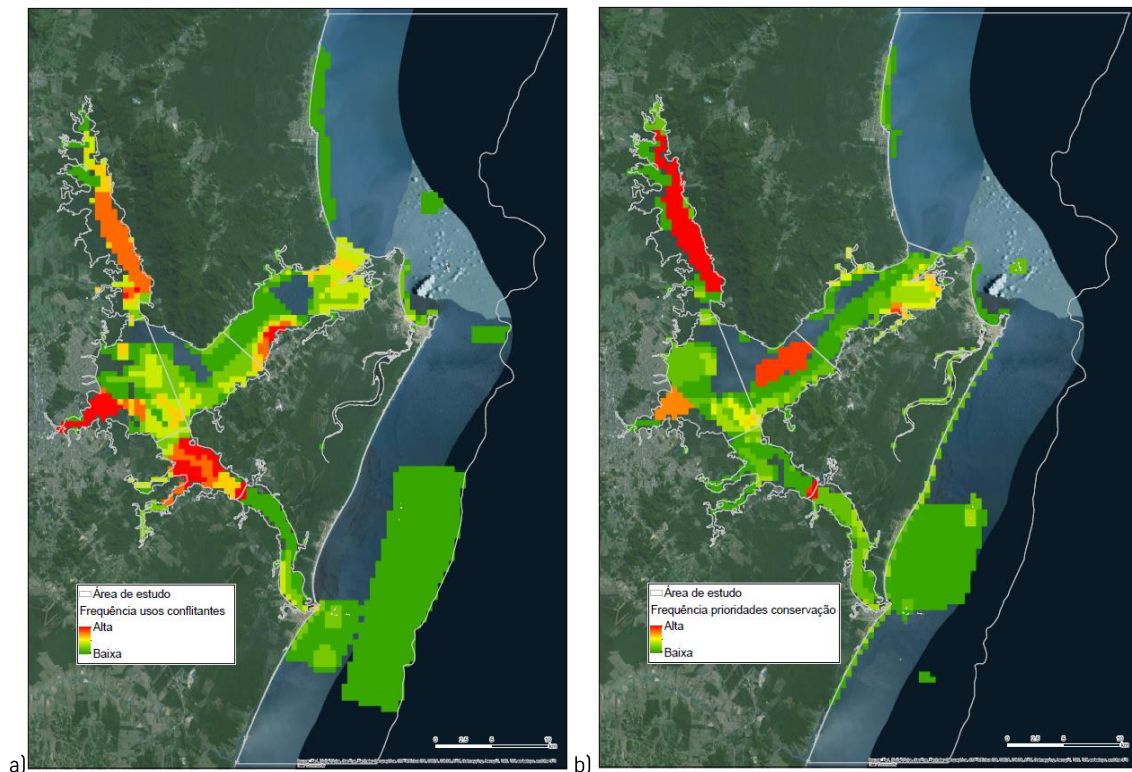


Figura 9: Diagnóstico perceptivo: a) Áreas mais degradadas e; b) Áreas prioritárias para a gestão na percepção dos usuários diretos do Ecosistema Babitonga. (Fonte: Diagnóstico Socioambiental do Ecosistema Babitonga).

Já o 2º ciclo contou com a realização de 15 oficinas e a participação de 128 pessoas. Neste momento os objetivos foram avaliar a sistematização de dados resultantes do primeiro ciclo de oficinas e abordar questões relacionadas a conflitos, representação setorial e serviços ecossistêmicos. Aspectos relacionados à qualidade de vida também foram abordados, sendo que a descrição completa destas atividades e seus resultados está publicada no Diagnóstico Socioambiental do Ecosistema Babitonga (pg. 34 – Disponível em: <https://goo.gl/gQeGT2>).

Foram citados pelos participantes das oficinas 285 aspectos categorizados em 127 serviços ecossistêmicos. Já em relação à 'qualidade de vida', 125 participantes citaram 542 itens classificados de acordo com a Figura 10.

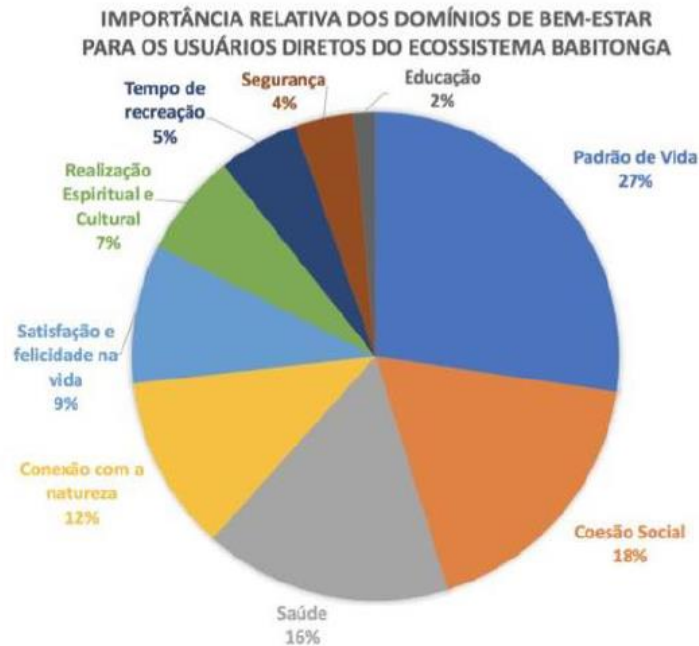


Figura 10: Importância relativa dos domínios de bem-estar para usuários diretos do Ecossistema Babitonga.

O mapeamento evidenciou a existência de 44 conflitos. Destes, 32 são intersetoriais e outros 12 intrasetoriais. O setor da pesca foi o que apresentou a maior quantidade de conflitos (38), sendo a maioria deles relacionada ao setor de turismo e recreação (18).

O desenvolvimento destas atividades, somadas à todo o contexto do Projeto Babitonga Ativa, foram reconhecidas como um caso demonstrativo, com potencial de ser replicado em outras localidades, pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro do Ministério do Meio Ambiente (GI-GERCO / Plano de Ação Federal para a Zona Costeira - Meta 19). Internacionalmente o reconhecimento veio pelo *'Natural Capital Project'* (naturalcapitalproject.stanford.edu), da Universidade de Stanford, que habilitou o projeto como *'Beta Tester'* do *software* *'InVest'*, possibilitando a realização das análises de sobreposição de usos e risco cumulativo.

A equipe do projeto Babitonga Ativa também buscou interlocução junto ao Governo de Santa Catarina, por meio do Grupo de Trabalho Geoespacial no âmbito do GEM, com a intenção de que os dados levantados fossem aproveitados em um processo de revisão do Zoneamento Ecológico Econômico e pelo GT SC - Babitonga. Estes dados também foram levados ao ICMBio que os incorporou ao processo da Ação Civil Pública nº 2007.72.01.004438-4/SC.

Com base nas diferentes características ecológicas e na diversidade de usos existente, o território do Ecossistema Babitonga foi setorizado em sete Unidades de Planejamento-UP (Figura 11 e pág. 128 do Diagnóstico Socioambiental do

Ecosistema Babitonga). A união da classificação em UPs juntamente com o mapeamento de conflitos possibilitou identificar que as Unidades de Planejamento ‘Ilhas Centrais’ e ‘Marinha’ são as que apresentam a maior quantidade de conflitos.

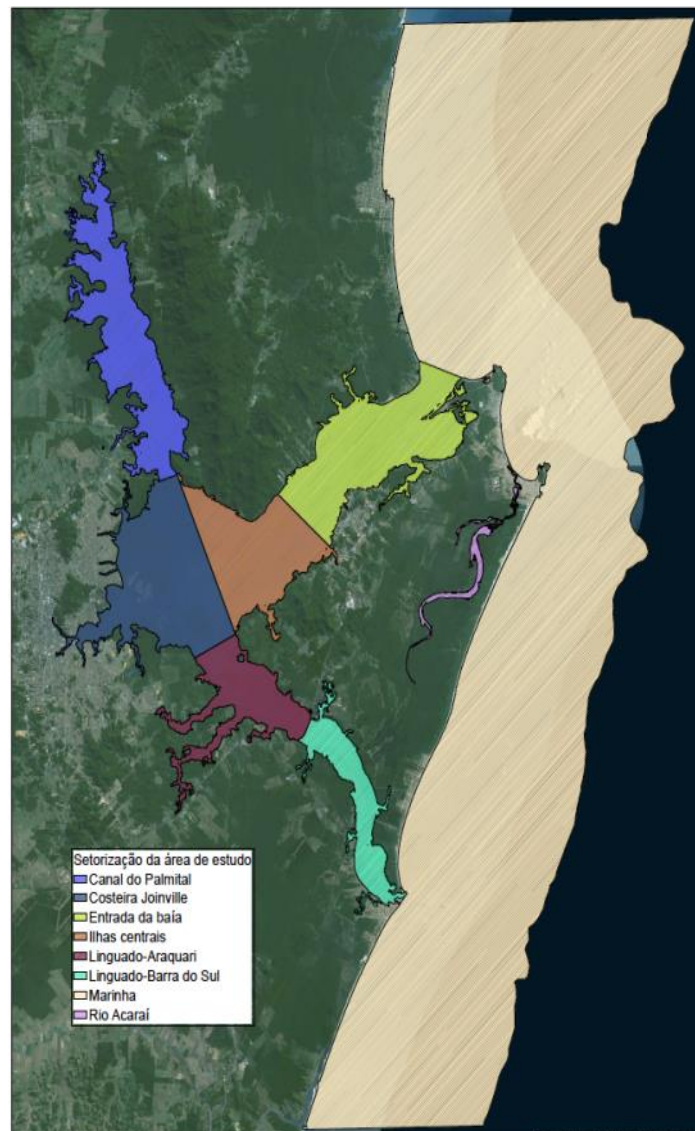


Figura 11: Unidades de Planejamento no Ecosistema Babitonga. (Fonte: Diagnóstico Socioambiental do Ecosistema Babitonga)

Com base nas UP foi planejado o 3º ciclo de oficinas, que assumiu um caráter multissetorial. Sendo assim, as oficinas contemplaram todos os usuários diretos com atuação em cada Unidade de Planejamento. A mobilização neste momento foi direcionada, mas não limitada, às representações setoriais e resultou na participação de 90 pessoas. O objetivo principal do 3º ciclo foi identificar a importância das atividades mapeadas bem como as consequências de cada atividade para as demais atividades e para o ecossistema. Para isso as atividades receberam pesos cuja média possibilitou a elaboração da análise de risco cumulativo dos usos diretos sobre elementos do ecossistema (lages/parceis,

substratos inconsolidados, manguezais) e sobre o ecossistema geral (Figuras 12, 13, 14 e 15, respectivamente).

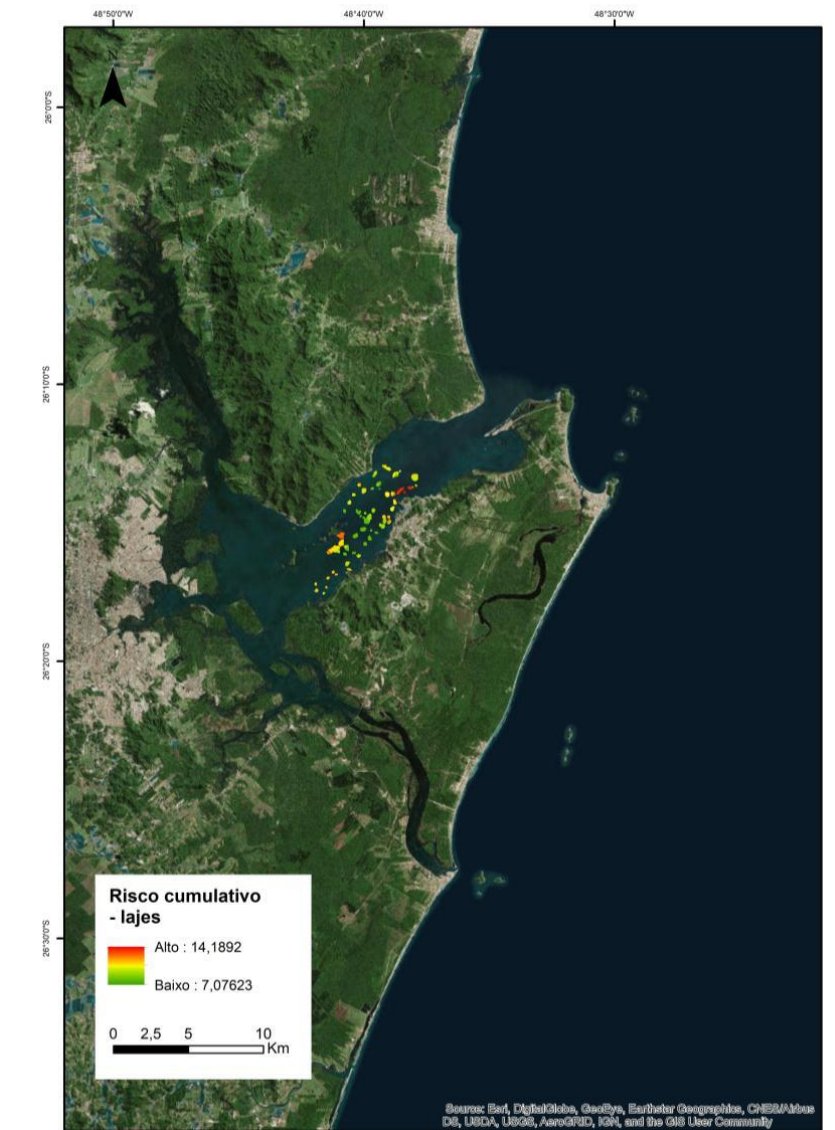


Figura 12: Análise de risco cumulativo resultante das atividades desenvolvidas por usuários diretos sobre as lajes/parcéis do Ecossistema Babitonga.

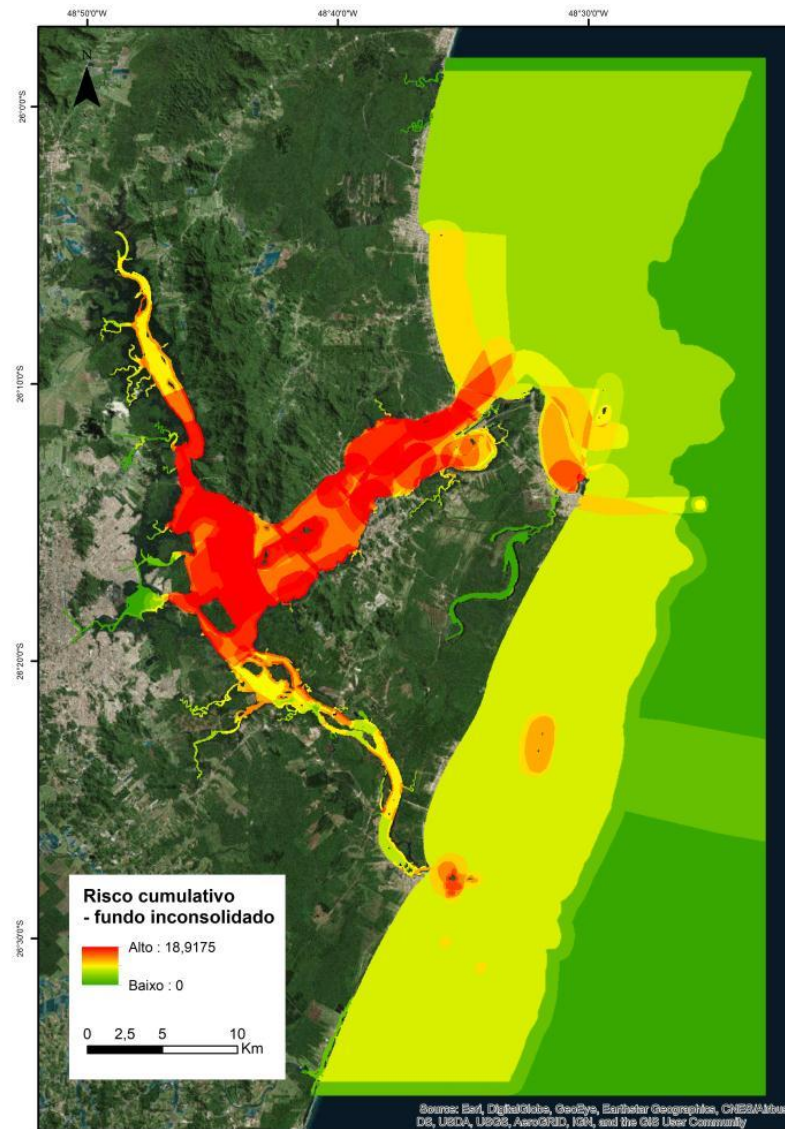


Figura 13: Análise de risco cumulativo resultante das atividades desenvolvidas por usuários diretos sobre as áreas de fundo inconsolidado do Ecossistema Babitonga.

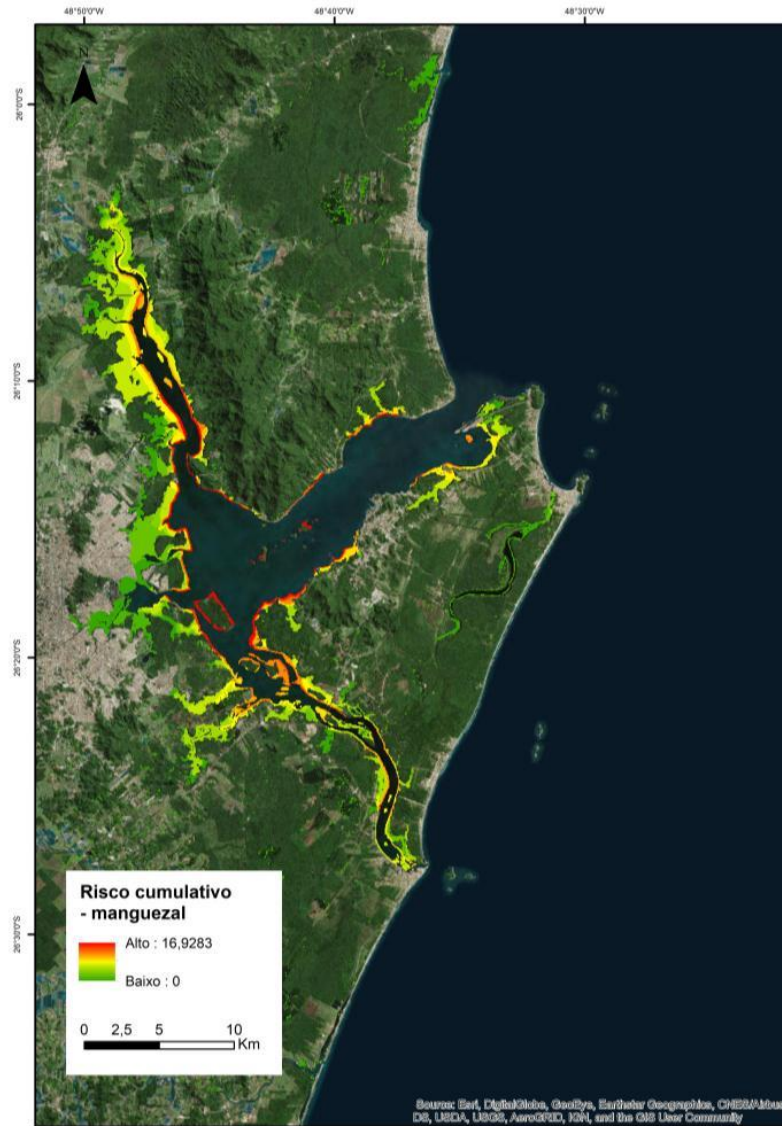


Figura 14: Análise de risco cumulativo resultante das atividades desenvolvidas por usuários diretos sobre os manguezais do Ecossistema Babitonga.

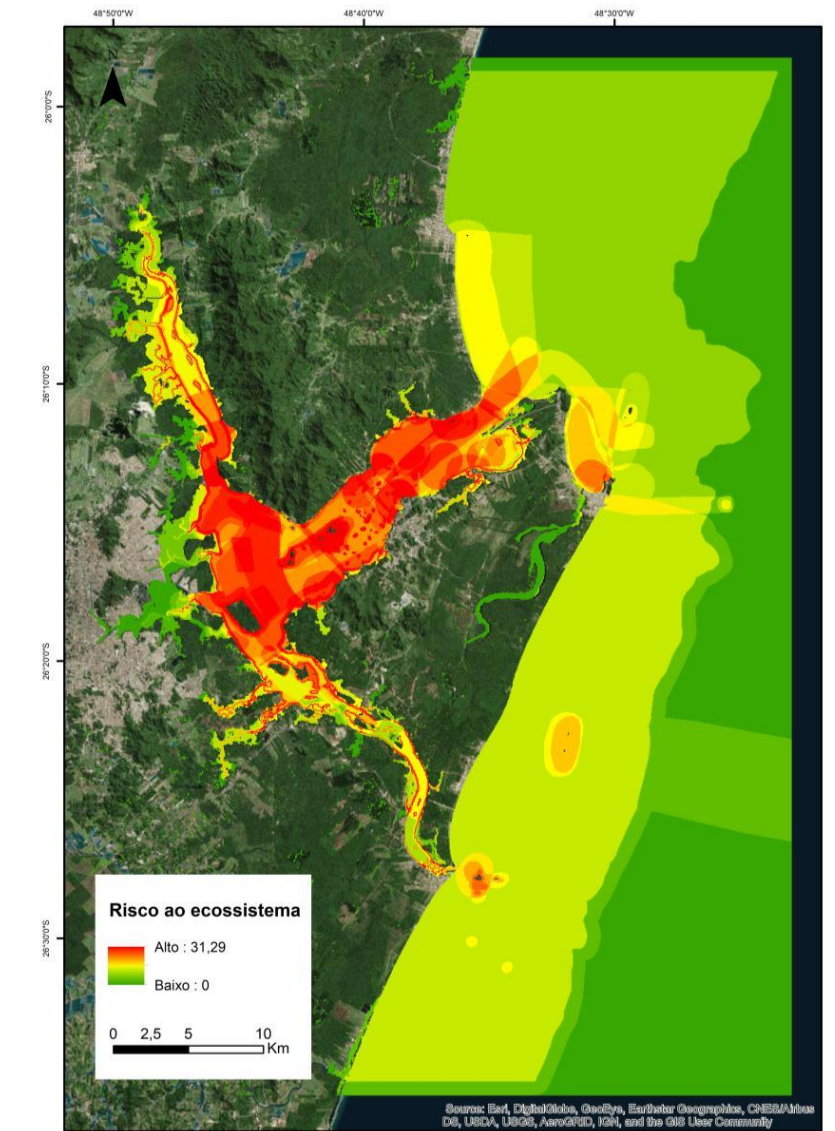


Figura 15: Análise de risco cumulativo resultante das atividades desenvolvidas por usuários diretos sobre sobre o Ecossistema Babitonga de forma geral.

Após a apresentação do referencial teórico e dos resultados das oficinas, foi realizada uma dinâmica em que os participantes do curso foram provocados a refletir sobre o futuro que desejavam para a Babitonga (Quadro 2). Esta reflexão foi inserida na programação do curso de modo a estimular a construção do Objetivo Geral para a gestão do Ecossistema Babitonga bem como os objetivos específicos relacionados a cada Unidade de Planejamento.

Quadro 2: Resultado da dinâmica “Qual o futuro que queremos para a Babitonga?”, realizada junto aos participantes do curso.

Qual é o futuro que queremos para a Babitonga
Quero uma Baía limpa e que possa participar da sustentabilidade das cidades. Que a pesca esportiva, o turismo e lazer possam compartilhar com as comunidades de pescadores e que eles possam ter uma qualidade de vida melhor e abertura do canal do linguado (Adelaide).
Uma baía que possa ser usada de forma racional, produtiva, harmoniosa entre os setores (Ricardo).
Uma gestão compartilhada com todos os setores e abertura do canal do linguado (Sônia).
Quero uma Babitonga com desenvolvimento socioeconômico restaurativo que perceba as peculiaridades como oportunidade (Renan).
Mangues preservados (Cezar).
Que sejam levados em conta os estudos técnicos feitos pelo projeto no licenciamento (Sônia).
Gostaria que Joinville percebesse os impactos que causa na baía (Katia).
A Baía Babitonga priorizada por ser um estuário (Altamir).
Identificada e reconhecida à capacidade de suporte da baía (Tainara).
Tenha sua cultura identificada, “valorada” - reconhecida e preservada (Yuri).
Saneamento básico rígido na Baía Babitonga (Thobias).
Linguado aberto e desenvolvendo harmônico entre os usuários e os novos empreendimentos que vão chegar (Gunther).
Que a Baía Babitonga se torne uma UC com gestão ecossistêmica e participativa (Flavio).
Um ecossistema que produza para os seus moradores locais (Leopoldo).
Ordenamento náutico (Eduardo).

2.2.2. – Ações prioritárias para Unidades de Planejamento

A metodologia adotada para o desenvolvimento do trabalho em grupo foi semelhante à utilizada no primeiro dia (Café Mundial), com pequenas adaptações. Desta vez o grande grupo definiu um objetivo geral para a gestão do Ecossistema Babitonga como um todo e o trabalho dos subgrupos foi direcionado à definição de objetivos específicos, seus respectivos produtos, processos e insumos, para cada Unidade de Planejamento (UP). Foi estabelecida uma mesa com um mediador para cada UP e os subgrupos definidos aleatoriamente. Seguindo a proposta, cada subgrupo permaneceu por 15 minutos na mesa de cada UP. Desta forma todos os participantes tiveram a oportunidade de contribuir com os objetivos específicos de todas as UPs (Figura 16).



Figura 16: Trabalho dos subgrupos para a definição de objetivos específicos em relação à gestão das Unidades de Planejamento.

O Objetivo Geral definido pelo grupo foi: “Compatibilizar, de forma participativa, usos e atividades visando a melhoria da qualidade ambiental, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e a valorização do patrimônio cultural e natural.”

Na sequência a Tabela 3 apresenta os objetivos específicos, respectivos produtos, processos e insumos, enumerados de acordo com o ranqueamento já ranqueados e com estimativa de prazo de duração.

Tabela 3: Objetivos específicos elaborados coletivamente para as ações do grupo Pró-Babitonga em relação a cada uma das Unidades de Planejamento do Ecossistema Babitonga enumerados em ordem de prioridade. Legenda: LB=Linguado-Barra do Sul; EB=Entrada da baía; M=Marinha; LA=Linguado-Araquari; CJ=Costeira de Joinville; P=Palmital; IC=Ilhas Centrais. Os objetivos específicos que receberam a mesma quantidade de votos possuem a mesma numeração seguida de letras minúsculas para diferenciação.

Objetivo Específico	UP Relacionada	Produtos	Processos	Insumos	Prazo Estimado
1 - Criar subsídios para a tomada de decisão com relação a abertura do canal do Linguado;	LB	(i) embasamento científico para tomada de decisão; (ii) Estudos técnicos e científicos;	(i) Articulação política; (ii) mobilização social para audiências públicas; (iii) elaboração e realização de projetos científicos;	(i) Investimentos financeiros estaduais e federais; (ii) engajamento do setor público; (iii) articulação política e social;	> 12 meses
2 - Buscar a padronização dos licenciamentos ambientais e promover a integração entre os órgãos licenciadores para que avaliem a sinergia das atividades potencialmente	EB	(i) Relatório identificando atores envolvidos; (ii) Modelagem ecossistêmica de usos e estudos; (iii) Banco de dados; (iv) ações de ordenamento territorial	(i) Criação de uma CT ou GT de licenciamento ambiental e portuário; (ii) Formalização de convites para participação da CT/GT, workshops e demais ações de conscientização; (iii) Continuação das	(i) Governança e liderança; (ii) Recursos financeiros; (iii) recursos humanos; (iv) Mobilização multissetorial; (v) envolvimento dos membros do GPB;	6 meses

poluidoras da Baía		participativo e integrado entre os municípios; (v) Análise de impactos cumulativos;	ações junto a pescadores e comunidades tradicionais para colher e debater as informações na CT/GT; (iv) divulgação de dados; (iii) Elaboração de banco de dados;		
3 - Avaliar a capacidade de suporte do Ecossistema Babitonga	IC	(i) Avaliação Ambiental Estratégica; (ii) Estudo de valoração monetária;	(i) contratar consultoria de universidades; (ii) levar em consideração a capacidade operacional geral, não apenas unidades portuárias individualizadas;	(i) Recursos Financeiros e humanos;	12 meses
4 - Criar subsídios para a tomada de decisão com relação a abertura do canal do Linguado;	LA	(i) Prognóstico com cenário tendencial e de abertura;	(i) Elaboração de estudo sobre possível contaminação dos sedimentos; (ii) Elaboração de estudos sobre os possíveis impactos da mudança da hidrodinâmica, em caso de abertura, para Balneário Barra do Sul; (iii) Considerar proposições da CT Linguado;	(i) Sensibilização da opinião pública (segurança na navegação); (ii) articulação política; (iii) recursos financeiros;	12 meses
4a - Garantir o destino correto do bota-fora	M	(i) Monitoramento ambiental;		(i) Recursos financeiros, materiais e humanos;	
5 - Intensificar ações de fiscalização e Educação Ambiental relacionadas à pesca irregular, navegabilidade e resíduos	CJ	(i) Articulação entre SAMA e Polícia Militar Ambiental; (ii) Oficinas de Educação Ambiental voltada a pescadores profissionais e amadores da região e moradores em geral;	(i) Reuniões de integrantes do GPB (CT-Fiscalização Ambiental), representantes dos sindicatos pesqueiros, Colônias de Pescadores, oficial da Capitania dos Portos, agentes públicos, etc.; (ii) ações de mobilização popular;	(i) recursos financeiros disponibilizados pelo Programa de Sustentabilidade;	6 meses (permanente)



5a - Combater ocupações irregulares em áreas de manguezais	CJ	(i) Interação MPF e MPE, delegacia de crimes ambientais, Polícia Militar Ambiental, Prefeitura Municipal de Joinville e demais órgãos (SAMA, SEHAB, SAS, etc.) e SPU;	(i) reuniões nos moldes das reuniões do GPB;	(i) Mobilização de pessoas e local para reunião; (ii) Resgatar e disponibilizar estudo ao MPF sobre a mortandade do mangue preto na região dos Espinheiros;	6 meses (permanente)
5b - Melhorar a qualidade da água nos rios da região	CJ	(i) Interlocução com CCJ, CAJ, SAMA, IMA e universidades;	(i) Acompanhar coleta e análises de dados realizados pelo CCJ; (ii) Participar das reuniões do CCJ;	(i) Equipe técnica com disponibilidade de tempo;	6 meses (permanente)
6 - Fortalecimento da interlocução junto à Capitania dos Portos	CJ	(i) Reunião com o oficial responsável;	(i) Apresentação de dados relativos a conflitos de pesca e navegação;	(i) Pessoas capacitadas para a apresentação dos resultados;	6 meses
6a - Programa de fiscalização	P	(i) Reuniões com pescadores amadores e profissionais e moradores locais; (ii) Atividades de Educação ambiental; (iii) Mapeamento de rotas de navegação existentes; (iv) normativa para limitar velocidade de] navegação; (v) normativas para pescaria com redes;	(i) Fiscalização mais frequente associada à Educação Ambiental; (ii) Solicitar à Marinha a homologação de boias de navegação; (iii) solicitar à Marinha placas com a indicação dos limites de velocidade; (iv) convidar secretarias de turismo para participar das reuniões da CT - Fiscalização Ambiental;	(i) Curso de capacitação para fiscais; (ii) Articulação para a aquisição de embarcações e bóias de sinalização; (ii) delimitar rotas de navegação com boias; (iii) Disponibilizar totens e informativos com orientações para denúncias; (iv) Extensão rural voltada ao produtor para trabalhar quantidades/qualidades e modos de aplicação de agrotóxicos (v) Diagnóstico sobre pesca esportiva e regulamentação em todo o território da Babitonga; (vi) pesquisa sobre a bioecologia do robalo (<i>Centropomus</i> spp.) para manejo da pesca;	12 meses

6b - Auxiliar na mediação de conflitos da pesca;	IC	(i) Criação de fórum, reuniões para que haja espaço de discussão; (ii) Elaboração de um relatório;	(i) Criação de um Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica para secretariar as reuniões, identificar e mobilizar lideranças (pescadores, colônias de pescadores, poder público competente); (ii) considerar questões relativas à pesca sob perspectiva ecossistêmica (todas as UP);	(i) Convidar profissional com <i>expertise em</i> gestão da pesca (ex. Fórum da Lagoa dos Patos); (ii) profissional para mediação de conflito; (iii) recursos humanos e financeiros;	12 meses
6c - Estudo sobre os parâmetros de qualidade ambiental relacionada aos emissários submarinos na UP Marinha	M	(i) relatório técnico sobre a revisão dos parâmetros;	(i) realização de estudos para verificar se há dano ambiental; (ii) compilar e análise de dados disponíveis;	(i) Recursos financeiros; (ii) recursos humanos;	6 meses
6d - Melhorar padrões de balneabilidade;	M	(i) Relatório com possibilidades de cooperação para implantação de sistemas de coleta e tratamento de esgotos;	(i) Mobilização, cobrança e apoio aos municípios para implantação de rede coletora e tratamento de esgoto sanitário;	(i) Recursos financeiros, materiais e humanos; (ii) mobilização social e articulação política;	> 12 meses
6e - Melhorar o acesso da navegação no Canal do Linguado	LB	(i) Canal seguro para a navegação;	(i) dragagem do canal; (ii) Ampliação dos molhes da Barra do Sul; (iii) Desenvolvimento de estudos de modelagem; (iv) Desenvolvimento de estudos sobre contaminação de sedimentos; (v) identificação/mapeamento dos pontos críticos;	(i) Cooperação público-privada; (ii) Conhecimento Técnico; (iii) engajamento do setor público; (iv) Recursos Financeiros;	> 12 meses
7 - Contribuir com o controle da emissão de contaminantes no rio Parati	LA	(i) Plano de monitoramento do rio; (ii) Fiscalização efetiva; (iii) Tratamento de efluentes domésticos e industriais;	(i) Buscar a integração da Prefeitura de Araquari com o GPB e com a CT Fiscalização Ambiental; (ii) Mapeamento dos empreendimentos na região; (iii) apoiar a elaboração do Plano de Monitoramento;	(i) Articulação com o poder público; (ii) Campanhas de sensibilização e mobilização (educação ambiental); (iii) Recursos humanos; (iv) recursos financeiros;	12 meses

7a - Contribuir com o ordenamento da pesca	LA	(i) Fiscalização efetiva; (ii) Campanhas de Educação Ambiental; (iii) grupo de trabalho ou CT sobre pesca;	(i) Buscar a integração de Araquari com o GPB e com a CT Fiscalização Ambiental; (ii) Desenvolvimento de um programa de Educação Ambiental; (iii) oficinas para ordenamento da pesca;	(i) Articulação com o poder público; (ii) Mobilização de pescadores; (iii) Equipe técnica de fiscalização; (iv) recursos financeiros;	12 meses
7b - Aplicar legislação	M	(i) Intensificar a fiscalização (pesca industrial, roubo da sinalização, bota fora);	(i) aumentar o número de fiscais; (ii) Fortalecer órgãos de fiscalização; (iii) Ações integradas de fiscalização; (i) auditoria externa; (ii) Fiscalização das dragas; (ii) compilar dados disponíveis; (iii) análise de dados disponíveis;	(i) recursos financeiros; (ii) recursos materiais; (iii) recursos humanos; (iv) articulação entre os órgãos fiscalizadores dos três níveis federativos; (iv) Envolvimento e Ação do poder público	6 meses (permanente)
7c - Implementar políticas públicas e minimizar conflitos de usos objetivando o desenvolvimento sustentável	EB	(i) Relatório identificando atores envolvidos; (ii) Modelagem ecossistêmica de usos e estudos; (iii) Banco de dados; (iv) ações de ordenamento territorial participativo e integrado entre os municípios; (v) Análise de impactos cumulativos;	(i) Criação de uma CT ou GT de licenciamento ambiental e portuário; (ii) Formalização de convites para participação da CT/GT, workshops e demais ações de conscientização; (iii) Continuação das ações junto a pescadores e comunidades tradicionais para colher e debater as informações na CT/GT; (iv) divulgação de dados; (v) Elaboração de banco de dados;	(i) Governança e liderança; (ii) Recursos financeiros; (iii) recursos humanos; (iv) Mobilização multissetorial;	12 meses (permanente)
7d - Melhorar a qualidade ambiental do Canal do Linguado	LB	(i) Monitoramento da qualidade da água;	(i) Articular com entidades (órgãos competentes); (ii) Estudos científicos; (iii) mobilização social;	(i) Conhecimento técnico; (ii) Recursos financeiros; (iii) Engajamento do setor público;	6 meses

7e - Organizar o uso para atividades náuticas e ocupação das margens do canal do linguado	LB	(i) Plano de ordenamento náutico;	(i) Articulação com entidades públicas, de classe, e comunidade local; (ii) estudo do plano diretor de Balneário Barra do Sul, Araquari e São Francisco do Sul;	(i) Conhecimento Técnico; (ii) engajamento do setor público; (iii) Recursos Financeiros;	> 12 meses
7f - Diminuir/Evitar atividades irregulares	LB	(i) Articulação de ações fiscalizatórias;	(i) Articular parcerias com órgão de fiscalização; (ii) Mobilizar comunidade para conscientização e comprometimento; (iii) apoiar as ações da CT Fiscalização Ambiental;	(i) Equipes técnicas; (ii) engajamento do setor público; (iii) Recursos Financeiros;	6 meses

2.3. Comunicação Social

2.3.1. – Agenda Integrada de Ecocidadania (Fabiano Grecco de Carvalho; Carolina Guedes; Katia Baeta e Ricardo Brauer)

Um breve histórico da construção da Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE) foi apresentado por Fabiano Grecco. A AIE é um instrumento que foi elaborado com a finalidade de orientar o planejamento e o desenvolvimento de ações para a integração de políticas públicas e ações inter-institucionais relacionadas à sustentabilidade e educação ambiental além de propor estratégias inovadoras para o exercício da ecocidadania (Disponível em: <https://goo.gl/ZBK4rX>). A AIE foi construída coletivamente, com a participação de diversas pessoas e instituições, das quais destacamos as secretarias municipais de educação dos municípios do Ecosistema Babitonga. Suas ações foram planejadas de forma a estimular a participação e incidência popular nos espaços de tomada de decisão para resolução de problemas socioambientais que dizem respeito à sustentabilidade no território.

Uma das principais ações da AIE foi o desenvolvimento da Formação Continuada em Ecocidadania (FCE), que consistiu em 10 ciclos de oficinas em cada um dos municípios da Babitonga, além de dois seminários regionais, cuja ementa também foi construída de forma participativa. A FCE foi direcionada à comunidade escolar, pela qual se entende professores e lideranças comunitárias, que após a finalização do curso passaram a se denominar Redes Locais de Ecocidadania. Um diferencial da FCE foi a multidisciplinaridade das ações que envolveram arte, ciência, cidadania, educação e cultura.

Além da FCE diversas outras atividades foram desenvolvidas no âmbito da AIE, como seis saraus multiculturais e dezenas de oficinas com a temática socioambiental. Ao total as ações da Agenda Integrada de Ecocidadania envolveram diretamente mais de 1000 pessoas.

Nesse contexto se ressaltou que a Agenda Integrada de Ecocidadania pode ser o instrumento norteador para a CT de Educação Ambiental, cuja criação já foi aventada nas plenárias do GPB. Flávio Pavlov complementou informando que a CT Fiscalização Ambiental trabalha com uma abordagem educativa, num primeiro momento, para depois agir de forma punitiva.

Na sequência alguns dos participantes da Formação Continuada apresentaram suas experiências durante as atividades (Figura 17), que se estenderam entre os anos de 2016 e 2017. Ricardo Brauer (Atual representante da Secretaria Municipal de Educação de Itapoá no GPB) relatou que participar da formação foi marcante e proporcionou um grande aprendizado. Disse que percebeu que o Ecossistema Babitonga precisa mais atenção do que a ele é hoje dedicada, ao lamentar a extinção da disciplina de Educação Ambiental. A possibilidade de sensibilizar os alunos foi importante, devido a distância de moradia deles (pessoas do interior também participaram), alunos gostaram e perguntavam sobre”. Relatou que, estimulado pelas vivências que a AIE proporcionou, atualmente está elaborando um projeto no campo da Educomunicação para aplicar ao mestrado na UDESC Joinville.

Carolina Guedes, que atua como educadora na ADEA, relatou que conseguiu aproximar sua instituição dos professores. Disse ainda que as oficinas trouxeram abordagens bem integrativas, mesclando conhecimento acadêmico e holístico ao trabalhar o potencial criativo e subjetivo. De acordo com sua fala, “o processo foi transformador, nos fortalece e faz acreditar na Educação Ambiental!”. Carolina falou que a capacitação proporcionada pela AIE estimulou um grupo da cidade a desenvolver um projeto de filme “Memoria quem conta essa história” (Projeto Ampliar) que está disponível no Youtube. Um claro exemplo de multiplicação.

Katia Baeta é artista plástica e acompanha as atividades do GPB como pessoa física desde seu início. Considera que o Agenda Integrada de Ecocidadania foi um processo muito transparente e inovador. Ressaltou que foi muito gratificante e que fazer parte da construção é diferente: “você se sente parte daquilo”. Katia ainda comentou que mantém contato com outras cinco pessoas que conheceu durante o curso e trabalham com Educação Ambiental em Joinville. Enfatizou também que mobiliza pessoas para a limpeza de áreas urbanas de Joinville e é uma liderança reconhecida pelo projeto Mares Limpos da ONU.



Figura 17: Participantes da Formação Continuada em Ecocidadania/Agenda Integrada de Ecocidadania relatando suas experiências.

2.3.2 – Plano de Comunicação (Fabiano Grecco)

O plano (disponível em: <http://bit.ly/2IYExGQ>) é um documento elaborado em 2016 e que já passou por algumas revisões por membros do colegiado. Na sequência apresentou que em 2017, buscando atender às demandas elencadas no plano, um considerável volume de recursos foi investido na contratação de uma empresa que atuou na elaboração de um ‘manual de identidade visual para o GPB’ (disponível em: <http://bit.ly/2vC518g>), materiais impressos (folder para divulgação do processo eleitoral do GPB e da CT Fiscalização Ambiental) e na assessoria de imprensa durante o ano de 2017 e 2018. Relatou também que o GPB possui um site oficial (www.grupoprobabitonga.com) e também uma página no facebook (www.fb.com/probabitonga) mas, desde junho de 2018 não há uma equipe técnica dedicada à isso. Desta forma, a assessoria executiva acumulou as funções de produção de conteúdo e gerenciamento do site e facebook.

2.3.3. – Projeto Eco-Educom

A proposta foi apresentada pela coordenadora do projeto, Patricia Zimmerman, que é mestranda Eca-USP, natural de Joinville, gestora da empresa GENUI (desenvolvimento de projetos) e membro da Associação Brasileira de Educomunicadores (Figura 18). Em abril de 2017 junto a um grupo de pessoas elaborou o projeto EcoEducom que foi aprovado no edital Socioambiental da Petrobras de 2018. O projeto acontecerá nos seis municípios do Ecossistema Babitonga, no litoral norte de São Paulo e em Paraty, Rio de Janeiro. A experiência adquirida com desenvolvimento das ações da Agenda Integrada de Ecocidadania no

EB será utilizada como modelo e adaptada para as ações projetadas para o litoral de São Paulo e Rio de Janeiro.

Patricia reforçou que o projeto ajudará a consolidar os trabalhos já realizados pelo GPB na baía e a ampliar essa experiência e que a Ecocidadania e a Educomunicação Socioambiental são os conceitos centrais que emprestam suas iniciais ao projeto EcoEducom: Ecossistemas em Rede. Essa iniciativa pretende promover o desenvolvimento humano integral, preparando jovens e adolescentes para o exercício da ecocidadania, a promoção dos direitos humanos, em especial o direito à comunicação e a qualificação para o acesso ao trabalho. Trata-se de um projeto em educação, entendida como estratégia de enfrentamento às desigualdades e de articulação entre os atores da sociedade civil, poder público e iniciativa privada.

Segundo Patricia, “Educomunicação é a comunicação atuando na educação e vice-versa, de uma forma orgânica”. É pensar as metodologias educacionais usando a tecnologia em favor da educação. Pode ser considerada uma forma de alfabetização midiática, de capacitação de gestores e professores e está legitimada dentro da Educação Ambiental. Essa abordagem metodológica ativa o pensamento crítico em quem entra em contato com ela. O Projeto foi alinhado ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 14 – Vida na Água, e trabalhará temas transversais, tais como, resíduos sólidos, poluição marinha, pesca, acidificação dos oceanos, ciência e tecnologia. Será um projeto pautado na pesquisa-ação, pesquisa participativa.

As ações e produtos previstos no projeto são:

- 1 container que ficará na Baía Babitonga e receberá equipamentos para produção de conteúdo midiático (parcerias serão buscadas para que esses equipamentos permaneçam a longo prazo nos municípios – além do período de dois anos previsto pelo projeto);
- 9 salas multimídia (kits que serão doados para instituições parceiras com a finalidade de produção de conteúdos midiáticos);
- 232 oficinas com profissionais locais e convidados – oficinas estratégicas com técnicos e especialistas. Dentre essas, 42 são com interpretação tradução em libras;
- 1 série de audiovisual em parceria com Canal Futura.

Ações do Projeto envolvem Agenda Integrada de Ecocidadania e circuito de formação. A partir dos eventos, de fóruns, a agenda integrada de ecocidadania será construída. O diferencial de Santa Catarina (Babitonga) é que o trabalho de construção da AIE já foi realizado e será o modelo para as outras cidades. Leopoldo reforçou, “a ideia é integrar o que já existe e potencializar, retomando a energia da Agenda Integrada de Ecocidadania”.



Figura 17: Apresentação do projeto EcoEDUCOM pela coordenadora Patrícia Zimmerman.

2.3.4. –Ações estratégicas no campo da Comunicação Social

Após as apresentações, no grande grupo foi definido um objetivo geral para o tema “Comunicação Social”, considerando todo o histórico de atividades e possibilidades em relação ao Projeto EcoEducom. Para este tópico os objetivos específicos também foram elaborados no grande grupo.

O Objetivo Geral definido foi: “Orientar ações de comunicação para promover o acesso à informação pelos cidadãos, a fim de engajá-los nos diálogos sobre a gestão socioambiental e valorizar o patrimônio natural e cultural no Ecosistema Babitonga”. Os objetivos específicos, seus respectivos produtos, processos e insumos estão descritos na Tabela 4 já em ordem de prioridade e com prazo estimado.

Tabela 4: Objetivos específicos elaborados coletivamente para as ações do grupo Pró-Babitonga em relação a ações de Comunicação Social enumerados em ordem de prioridade. Os objetivos específicos que receberam a mesma quantidade de votos possuem a mesma numeração seguida de letras minúsculas para diferenciação.

Objetivo Específico	Produtos	Processos	Insumos	Prazo Estimado
1 - Sensibilização da sociedade com informações sobre o ecossistema	(i) Relise para apresentar as Unidades de Planejamento e suas problemáticas e características socioecológicas; (ii) Cartilha sobre as Unidades de Planejamento; (iii) Lista de artigos científicos sobre a Babitonga disponibilizado no site; (iv) Conteúdos específicos (áudio-scripto-visuais) construídos sob orientação das CTs;	(i) Utilizar textos da oficina de planejamento Espacial Marinho para a construção dos materiais; (ii) Utilizar informações sobre símbolos naturais e culturais do EB; (iii) Elaborar e atualizar lista dos artigos para publicação;	(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional específico com conhecimento da temática ambiental/GPB para a produção de materiais; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 2ª edição do PGE; (iv) Convergência com o Projeto EcoEducom, quando implementado, e outras iniciativas identificadas;	12 meses (permanente)
2 - Promover sentimento de pertencimento da sociedade ao Ecossistema Babitonga	(i) Relise para apresentar as Unidades de Planejamento, suas problemáticas e características socioecológicas; (ii) Cartilha sobre as Unidades de Planejamento; (iii) Criar e manter uma conta no Instagram e no Youtube; (iv) Material audiovisual com relatos dos membros do GPB sobre suas experiências;	(i) Produção de materiais audiovisuais com a participação dos membros do GPB relatando suas experiências/vivências no GPB e no EB;	(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional específico com conhecimento da temática ambiental/GPB para a produção de materiais; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 2ª edição do PGE; (iv) Convergência com o Projeto EcoEducom, quando implementado, e outras iniciativas identificadas;	12 meses (permanente)
2a - Criar um espaço no GPB específico para trabalhar questões de comunicação e Educação Ambiental	(i) Câmara Técnica e/ou Grupo de Trabalho de Educomunicação Socioambiental;	(i) Estabelecer a Câmara Técnica com base nas disposições do Regimento Interno do GPB;	(i) Compromisso dos membros do GPB para a implementação da CT.	6 meses



<p>3 - Otimizar a atuação do GPB nas mídias convencionais e digitais</p>	<p>(i) Diretrizes estratégicas de compartilhamento de informações; (ii) Aumento da permeabilidade das pautas do GPB em veículos de comunicação regionais/locais; (iii) Mini curso sobre redes sociais para nivelar o tema entre o grupo; (iv) Criar e manter conta no Instagram e no Youtube; (v) Material audiovisual com relatos dos membros do GPB sobre suas experiências;</p>	<p>(i) Construir mecanismos internos para compartilhar informações atendendo à lógica do funcionamento das redes sociais; (ii) Articular a comunicação do GPB com outras instituições em seus canais oficiais de comunicação (integração entre assessorias de comunicação); (iii) Propor pautas às diferentes mídias (ver banco de contatos) para divulgação de temas estratégicos;</p>	<p>(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional específico com conhecimento da temática ambiental/GPB para a produção de materiais; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 2ª edição do PGE; (iv) Convergência com o Projeto EcoEducom, quando implementado, e outras iniciativas identificadas;</p>	<p>12 meses (permanente)</p>
<p>4 - Atender às demandas das Câmaras Técnicas em relação à comunicação de suas atividades</p>	<p>(i) Conteúdos específicos (áudio-scripto-visuais) construídos sob orientação das CTs;</p>	<p>(i) Articular, junto às CTs, a definição de demandas e elaborar os textos/vídeos;</p>	<p>(i) Recursos financeiros; (ii) Contratar profissional específico com conhecimento da temática ambiental/GPB para a produção de materiais; (iii) Compromisso dos membros em atender às demandas da 2ª edição do PGE; (iv) Convergência com o Projeto EcoEducom, quando implementado, e outras iniciativas identificadas;</p>	<p>12 meses (permanente)</p>

3. Considerações Finais

A realização do curso entra como um marco na história do Grupo Pró-Babitonga e, por consequência, da gestão do Ecosistema Babitonga. Ao possibilitar um momento ímpar para a integração de seus membros e a construção coletiva de objetivos para a 2ª edição do Plano de Gestão Ecosistêmica o curso contribuiu para o amadurecimento do colegiado e a consolidação de seus propósitos.

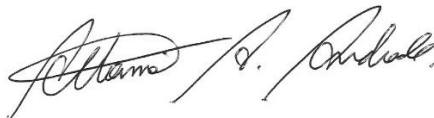
É inequívoco que os 38 objetivos específicos construídos e que contemplam temas transversais (Cenários para a institucionalização do GPB; Planejamento Espacial Marinho e; Comunicação Social) não encerram as ações necessárias para a gestão do Ecosistema Babitonga.

No entanto, a 2ª edição do Plano de Gestão Ecosistêmica representa o planejamento mais participativo já elaborado para este território e tem como base o estado-da-arte do conhecimento científico sobre o Ecosistema Babitonga, seus usos e demandas. Todo o processo conduzido desde 2015, e que se consolida a cada dia com o envolvimento crescente de entidades da região, está na vanguarda mundial das teorias e práticas de planejamento espacial marinho e governança costeira.

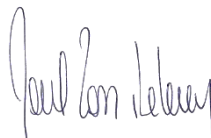
Ao mesmo tempo que desfrutamos de uma rara oportunidade de construção coletiva, temos também uma grande responsabilidade. Temos um desafio pela frente que só será superado com o envolvimento e dedicação de cada um dos membros do colegiado.



Horácio Henrique de Oliveira Schwochow
Secretaria de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários – São Francisco do Sul
Secretário Executivo - Comitê Executivo do GPB – Segmento Público



Altamir Andrade
Instituto Viva Cidade - Joinville
Comitê Executivo do GPB – Segmento Socioambiental



Raul Ivan Delavy
Marina Pontal – Itapoá
Comitê Executivo do GPB – Segmento Socioeconômico